

# ANC Sarney e Ulysses brigam por mandato

ANC 88  
 Pasta 01 a 05  
 março/87  
 012

BRASÍLIA  
 AGÊNCIA ESTADO

Não dá mais para tapar o sol com a peneira. Verifica-se uma disputa personalizada, autêntica luta pelo poder, atrás das divergências entre PMDB e PFL e acima da questão doutrinária da soberania ampla ou restrita da Assembleia Nacional Constituinte. De um lado, José Sarney. Do outro, Ulysses Guimarães. Por enquanto tudo ainda se passa à maneira florentina, com punhos de renda, lances de salão e passos de valsas. Sem a menor dúvida, porém, estão em lados opostos o presidente da República e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, da Câmara e do PMDB. Lutam pelo presente e pelo futuro. A questão do mandato presidencial os divide de forma irreversível.

Sarney foi eleito por seis anos, e, não obstante ressaltar que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana para fixar o prazo decidido por sua maioria, gostaria de cumpri-lo até o fim. Por isso tenta formar a sua maioria. Aceitaria cinco anos, meio a contragosto, mas considera um esbulho falar-se em quatro. Três anos, ou seja, a realização de eleições presidenciais logo depois da promulgação da nova Constituição, em novembro, significaria para ele um golpe de Estado.

Ulysses quer ser presidente da República. Por duas vezes, cedeu a vaga. Na primeira para Tancredo Neves, quando o PMDB escolheu seu candidato e negociava com o regime deposto. Na outra, quando Tancredo Neves não pôde assumir e, horas antes da posse, deu-se à Constituição interpretação até hoje discutível no plano do direito, ainda que perfeita no plano prático e político. Sarney, vice-presidente eleito, recebeu a faixa e começou a governar.

Dado o crescimento do PMDB, a sua ampla maioria na Câmara e no Senado e a eleição de todos os governadores estaduais, menos um, pelo partido, mais se reforçaram a liderança e a candidatura do parlamentar paulista, postulante declarado à sucessão presidencial. Só que com um problema: a idade. Não que em condições normais o fato de ele completar 71 anos em agosto representasse impedimento grave. Em outras nações, grandes líderes comandaram seus governos com essa ou até com idade superior, como Churchill, Adenauer, de Gaulle e muitos mais. Aí está o exemplo de Ronald Reagan, também. A coisa esbarra é na conjuntura brasileira. O País vive e viverá por muito tempo a chamada "síndrome do Tancredo", um presidente ideal que acabou sucumbindo por conta da idade.

Assim, Ulysses não pode esperar que Sarney cumpra os seis anos de mandato para, depois, chegar ao Palácio do Planalto. As eleições, nesse caso, seriam realizadas em novembro de 1990, quando ele terá completado 74 anos. Também não pode esperar cinco anos. Sabe-se lá, em termos políticos, o que acontecerá até novembro de 1989, quando terão de se realizar novas eleições pa-

ra o Congresso e os governos estaduais. Quatro anos seriam o limite, para ele.

Mas quatro anos contrariam José Sarney. A fixação desse prazo, pela Assembleia Nacional Constituinte, faria interromper de imediato o governo em curso, pois, se este ano ficará envolvido pelos trabalhos constituintes, o próximo seria o da sucessão, com candidatos na rua e desagregação partidária completa. Não daria para governar em termos de projetos, programas, propostas, recuperação e sucedâneos, ainda mais em meio à grave crise econômica.

Os dois políticos são hábeis e buscam ampliar seus campos de manobra. Sarney convoca Ulysses e mantém com ele excelente diálogo. Mas cuida de limitar sua influência. Tome-se, por exemplo, o Ministério. Há um ano, quando o reformou, o presidente não pediu nomes ao deputado e não permitiu que ele indicasse um só, pessoalmente. Em alguns casos, inclusive, Ulysses chegou a tomar conhecimento de certas escolhas pelos jornais. Na adoção do Plano Cruzado I foi a mesma coisa. O dirigente maior do PMDB viu-se surpreendido com a reviravolta já decidida, cabendo-lhe apoiar. Pegou o bonde andando, no estribado, parecendo até que tomaria o caminho oposto. Fez-se de nova reforma parcial do Ministério, e o processo será o mesmo.

O troco vem sendo dado. Ulysses Guimarães jamais se opôs à tese da soberania absoluta da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda nos acontecimentos da semana que passou, sua posição não deixou dúvidas: apoiou a redação do artigo 57, parágrafo 7º do regimento interno, que fala dos "projetos de decisão", trabalha para reduzir o número dos aderentes do PMDB, sob a alegação da importância da unidade partidária; e está pronto para repetir, dia 10, os esforços malogrados da noite do dia 25 passado. Seu partido tentará estabelecer o princípio de que a Assembleia Nacional Constituinte pode desconstituir as instituições. Entre as quais a própria Presidência da República, é claro que apenas na teoria, jamais na prática.

Aprovado o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, começaram os debates substantivos sobre os princípios fundamentais da nova Carta. Mais do que nunca, as forças parlamentares se aglutinaram, menos pelas siglas partidárias do que pelas concepções ideológicas. Muito mais por ser da natureza humana buscar situar-se ao redor do poder futuro. Ulysses Guimarães joga nisso, pretendendo demonstrar às esquerdas radicais ser ele a saída, mesmo mais moderada. O PFL, que obedece literalmente às ordens do Planalto, tentará cooptar os pemedebistas infensos à esquerda radical e moderada, os referidos aderentes, contando com o apoio do líder do governo, Carlos Sant'Anna. Aliás, não é preciso dizer mais nada: quem nomeou para essas funções o deputado pela Bahia, rejeitado pela bancada do PMDB?... C.Q.